

## Recortes de Imprensa

Setembro 2008



**Bobcat®**



**Cymbron, Ida.**

Última

**CORREIO**

31 de Julho de 2008

**das AÇORES**

## ■ ASSOCIAÇÃO DENUNCIA

# Violência está a aumentar

A Associação de Apoio à Vítima (APAV) considera que este ano verificou-se uma “tendência de aumento sustentado de vítimas” que procuram os serviços daquela entidade, apesar de ainda não existirem números exactos.

“Existe uma continuidade do trabalho da APAV, o que também significa uma continuação da procura dos nossos serviços de apoio pela população vítima”, adiantou ontem à Agência Lusa o secretário-geral daquela entidade, João Lázaro.

Apesar de “ainda não existirem dados concretos” sobre o número de vítimas que este ano se dirigiram a APAV para receber apoio, o responsável sublinhou que “comparativamente ao mesmo período do ano passado os casos têm vindo a aumentar”.

“Em termos comparativos pode falar-se de uma tendência de aumento sustentado de vítimas que procuram os serviços. A consolidação desta tendência não inclui só as vítimas de violência doméstica, mas as vítimas em geral”, precisou o secretário-geral

da APAV. Segundo João Lázaro, os dados concretos “vão ser revelados muito em breve”, nomeadamente na “segunda ou terceira semana de Agosto”. Porém, o responsável lembrou que estes número também “podem ser influenciados” por outros factores, nomeadamente o de “haver mais conhecimento dos serviços disponíveis”, pelo “alargamento da rede da APAV país” e pela sensibilização da população para este problema, uma vez que “o tema tem merecido algum destaque na comunicação social e no programa do Governo nos últimos meses”.

De acordo com dados da UMR - União de Mulheres Alternativa e Resposta, nos últimos sete meses já morreram mais mulheres, vítimas de violência doméstica, do que em 2007, ano em que a associação identificou 22 vítimas.

Um total de 7.041 pessoas recorreu aos serviços da APAV no ano passado, designadamente 6130 mulheres e 858 homens. Segundo a Associação de Apoio à Vítima os o número de víti-

mas tem vindo a aumentar a cada ano. Relativamente ao total de crimes assinalados, entre 2006 e 2007, também verificou-se um aumento, tendo passado de 1.077 para 1.245 crimes (mais 15,6 por cento), segundo os mesmos dados. Os casos mais frequentes são de maus-tratos psíquicos (340), seguidos pelas ameaças/coacção (177) e pela difamação/injúrias (155), segundo a mesma fonte.

Por sua vez, o Inquérito Nacional sobre Violência de Género, encomendado pelo Governo a uma equipa coordenada por Manuel Lisboa, sociólogo da Universidade Nova de Lisboa, mostrou que quatro em cada dez portugueses foram vítimas de violência física, psicológica ou sexual em 2007.

Porém, o estudo salienta que se tem vindo a assistir a um decréscimo da violência contra as mulheres nos últimos 12 anos, e por outro lado, a um aumento significativo da percentagem de vítimas que participam a situação às forças policiais.



A violência doméstica mata

ALARMANTES NÚMEROS DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO À VÍTIMA... E SÓ DE JANEIRO A JUNHO

## Quatro mortes provocadas por violência doméstica

**A** violência doméstica em Portugal foi responsável por quatro mortes nos primeiros seis meses deste ano, segundo dados da Associação de Apoio à Víctima (APAV), que registou um total de 7803 crimes praticados em família.

Além dos quatro homicídios, a APAV revela ainda a ocorrência de 2332 situações de maus tratos físicos,

2640 de maus tratos psicológicos e 1557 casos de ameaças-coacção.

Os crimes em meio doméstico relatados à associação incluem ainda 68 situações de violação, 51 de abuso sexual, 26 casos de subtração de menores e 64 por violação da obrigação de alimentos.

A APAV dispõe de uma rede nacio-

nal de 15 Gabinetes de Apoio à Víctima.

Outros dados – recolhidos pelo Observatório de Mulheres Assassinadas da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) – revelam que 31 mulheres perderam a vida desde o início do ano. Estes números resultam de uma análise das notícias publicadas na imprensa e não de participações. ■





# Violência doméstica já causou 4 mortes

LUSA  
Açoriano Oriental

A violência doméstica em Portugal foi responsável por quatro mortes nos primeiros seis meses deste ano, segundo dados da Associação de Apoio à Vítima (APAV), que registou um total de 7.803 crimes praticados em família. Outros dados recolhidos pelo Observatório de Mulheres Assassinadas da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) revelam que 31 mulheres perderam a vida desde o início do ano.

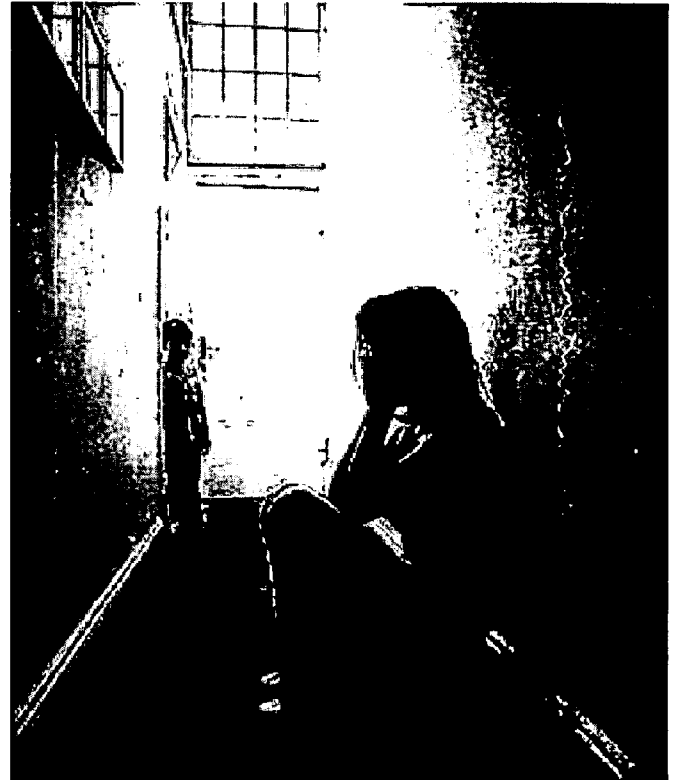
Estes dados resultam de uma análise das notícias publicadas na imprensa portuguesa e não de participações efectivas.

Além dos quatro homicídios, a APAV revela ainda a ocorrência de 2.332 situações de maus-tratos físicos, 2.640 de maus-tratos psicológicos e 1.557 casos de ameaças/coacção.

Os crimes em meio doméstico relatados à associação incluem ainda 68 situações de violação, 51 de abuso sexual, 26 casos de subtracção de menores e 64 por violação da obrigaçao de alimentos.

No seu atendimento diário, que registou maior volume nos meses de Abril e Maio, a APAV tomou conhecimento de crimes enquadrados nas estatísticas em outras categorias separadas da violência doméstica: contra as pessoas e humanidade, contra o património, contra a vida em sociedade e rodoviários. Entre os crimes contra pessoas e humanidade foram registados 11 homicídios, 171 ofensas à integridade física, 13 raptos e sequestros, 160 casos de ameaças e coacção, 35 violações, 23 abusos sexuais, oito de tráfico de pessoas, quatro situações de negligência médica e 37 de discriminação racial.

Nos crimes contra o património foram relatados à APAV 37 furtos, 49 roubos e 35 burlas, enquanto nos crimes contra a vida em sociedade há registo de nove falsificações de documentos, um de fogo posto, seis de abuso de autoridade. Assim, no primeiro semestre de 2008, a APAV registou um total de 4.699 processos de apoio - mais 8,5 por cento em relação ao mesmo período de 2007 - apresentados nos gabi-



Em 85% dos casos as vítimas eram do sexo feminino

DIREITOS RESERVADOS

tes de apoio à vítima de Lisboa, Porto e Cascais. Do total de processos iniciados pela APAV, 78 por cento configuravam crimes. Em 85 por cento dos casos as vítimas eram do sexo feminino e 13 por cento do sexo masculino.

Em termos de faixa etária, as vítimas que recorreram à APAV no primeiro semestre de 2008 situavam-se fundamentalmente entre as faixas etárias dos 26 aos

45 anos de idade. Cerca de 40 por cento das vítimas que recorreram à APAV não possuíam qualquer tipo de dependência. No entanto, das dependências assinaladas, foram os fármacos que se destacaram, com 7,4 por cento do total.

Quanto à nacionalidade da vítima, o continente europeu destaca-se claramente, tendo em conta que em 80% das situações a vítima é portuguesa. ||



**DADOS DA APAV E DA UMAR SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

## 31 mortes em seis meses

■ A violência doméstica foi responsável pelo homicídio de quatro mulheres no primeiro semestre de 2008, segundo dados divulgados pela Associação de Apoio à Vítima (APAV). Desde o início do ano já terão morrido, de acordo com o Observatório de Mulheres Assassinadas da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) 31 mulheres.

Durante os primeiros seis meses de 2008, a APAV registou um total de 4699 processos de apoio,

mais 8,5 por cento em relação ao mesmo período de 2007. A Associação diz que em 95 por cento dos casos os agressores conheciam as vítimas e que estas eram de nacionalidade portuguesa.

O levantamento da APAV revela ainda que a maioria das vítimas tem entre os 26 e os 45 anos e que o número de homens maltratados está a aumentar. De salientar igualmente o aumento de casos de violência envolvendo pessoas com licenciatura. ■ LUSA





## DISTRITO

O relatório da Associação de Apoio à Vítima de 2007 revela que entre 1990 e o ano passado foram registados 138.526 mil crimes em Portugal. O gabinete de Braga recebeu, só no ano que passou, essencialmente pedidos de mulheres. E em Dezembro os processos chegaram quase aos 40.

# APAV ajudou 307 vítimas em 2007

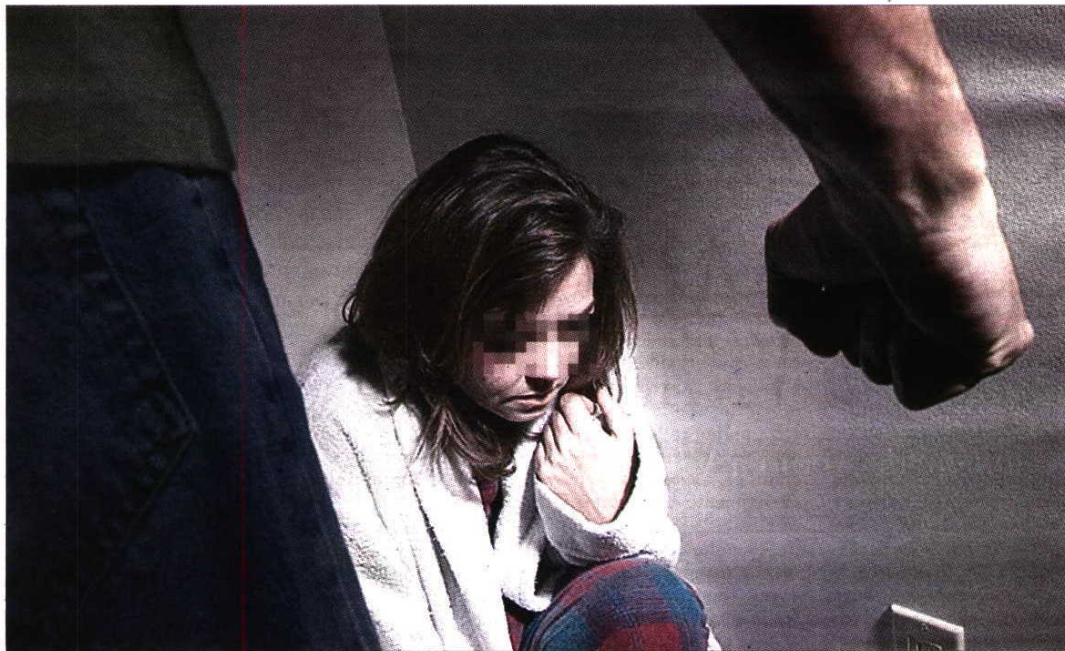
■ PATRÍCIA SOUSA

*"A violência contra as mulheres é talvez a mais vergonhosa violação dos direitos humanos. Não conhece fronteiras geográficas, culturais ou de riqueza. Enquanto se mantiver, não poderemos afirmar que fizemos verdadeiros progressos em direcção à igualdade, ao desenvolvimento e à paz".*

Kofi Annan

Parece mentira mas não é. A violência doméstica mata mais do que o cancro e, até, os acidentes de automóvel. Só em Portugal são mais de oito mil queixas por ano e, todos os anos, há vítimas mortais. Sovas, violações, ameaças e insultos continuam a ser peças do puzzle da vida de muitas mulheres e crianças portuguesas. E o distrito de Braga não está alheio a este flagelo que mata e deixa mazelas para toda a vida (ver exemplos na página ao lado).

O relatório da Associação de Apoio à Vítima (APAV) revela os números, mas a realidade já é conhecida de todos. Só ano passado foram registados 8373 mil processos de apoio em todo o país. O Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Braga chegou aos 307. De destacar que tanto no mês de Março como no de Outubro foram regis-



Violência doméstica continua a matar mais do que o cancro em Portugal

tados 32 processos de apoio. Já em Dezembro, o mês com mais pedidos de ajuda, alcançou os 37 casos. Por outro lado, o mês de Maio foi o que registou menos processos, com 15.

"Existe uma continuidade do trabalho da APAV, o que também significa uma continuação da procura dos nossos serviços de apoio pela população vítima", adiantou à agência Lusa o

secretário-geral daquela entidade, João Lázaro.

## INQUÉRITO NACIONAL ENCOMENDADO PELO GOVERNO

Relativamente ao total de crimes assinalados, entre 2006 e 2007, também verificou-se um aumento, tendo passado de 1.077 para 1.245 crimes (mais 15,6 por cento), segundo os mesmos da-

dos.

Os casos mais frequentes são de maus-tratos psíquicos (340), seguidos pelas ameaças/coacção (177) e pela difamação/injúrias (155), segundo a mesma fonte.

Por sua vez, o Inquérito Nacional sobre Violência de Género, encomendado pelo Governo a uma equipa coordenada por Manuel Lisboa, sociólogo da Universidade Nova de Lisboa, mostrou

que quatro em cada dez portugueses foram vítimas de violência física, psicológica ou sexual em 2007.

Porém, o estudo salienta, ainda, que se tem vindo a assistir a um decréscimo da violência contra as mulheres nos últimos 12 anos, e por outro lado, a um aumento significativo da percentagem de vítimas que participam a situação às forças policiais.

## Rede nacional conta com 15 gabinetes de apoio

■ P.S.

A Associação de Apoio à Vítima (APAV), organização sem fins lucrativos e de voluntariado, apoia de forma individualizada as vítimas, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais, tendo como objectivo último promover e contribuir para a informação, protecção e apoio aos cidadãos vítimas de infracções penais.

Entre 1990 e 2007, a associação registou um total de

138.526 crimes, através de 73.289 processos de apoio a vítimas.

Tendo em conta que por cada processo iniciado (em cada uma das unidades orgânicas da associação de apoio à vítima) existia, na maior parte das situações, mais do que uma vítima, a APAV terá apoiado um universo estimado de 150 mil pessoas em 17 anos.

Actualmente, a APAV dispõe de uma rede nacional de 15 Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV), presentes nos

distritos e região autónoma dos Açores, Casas de Abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência e uma Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE) localizada em Lisboa.

Nos primeiros cinco anos de trabalho da associação viveram-se tempos de afirmação, enquanto instituição particular de solidariedade social, tendo vindo a ocupar um lugar até então inexistente no nosso país.

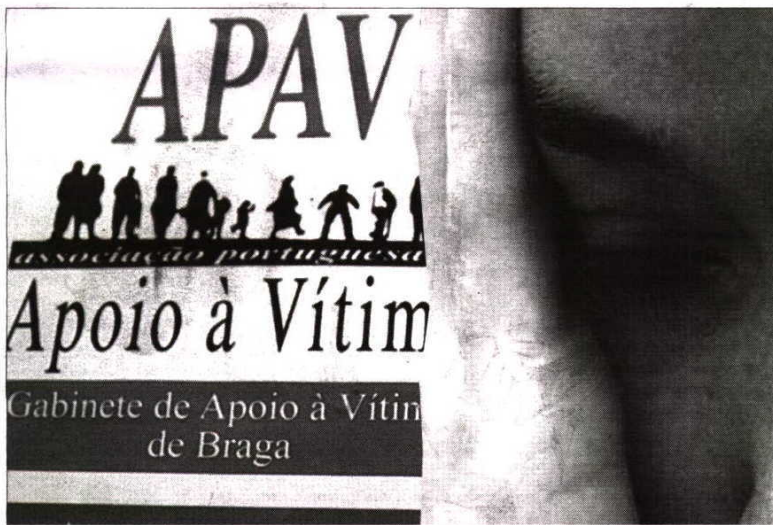




## PRIMEIRO SEMESTRE

A APAV revelou os números do primeiro semestre deste ano. Comparativamente com o ano passado, "o número de vítimas tem vindo a aumentar".

# GAV de Braga já registou 229 casos



Gabinete de Apoio à Vítima de Braga funciona na sede da Junta de Freguesia da Sé

■ PATRÍCIA SOUSA

## Vítimas mortais

O Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Braga recebeu no primeiro semestre deste ano 229 pedidos de ajuda. No mesmo período do ano passado foram registados 144 casos. No entanto, estes números também "podem ser influenciados" por outros factores, nomeadamente o de "haver mais conhecimento dos serviços disponíveis" e pela "sensibilização da população para este problema, uma vez que o tema tem merecido algum destaque na comunicação social e no programa do governo nos últimos meses", justificou o secretário-geral da Associação de Apoio à Vítima (APAV), João Lázaro.

No relatório da APAV, referente aos primeiros seis meses deste ano, pode ler-se que só no mês de Janeiro houve 58 registos e logo de seguida o mês de Março com 51 casos.

"Muitos dos casos já são encaminhados pela polícia para apoio psicológico", informou, por sua vez, fonte do GAV de Braga.

Maioritariamente os pedidos de ajuda são efectuados por mulheres adultas, entre os 30 e os 40 anos, e as crianças acabam por serem "vítimas indirectas".

No GAV de Braga são atendidos casos de vários

A violência doméstica em Portugal foi responsável por quatro mortes nos primeiros seis meses deste ano, segundo dados da Associação de Apoio à Vítima (APAV), que registou um total de 7.803 crimes praticados em família.

Outros dados recolhidos pelo Observatório de Mulheres Assassinadas da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) revelam que 31 mulheres perderam a vida desde o início do ano.

Além dos quatro homicídios, revela ainda a ocorrência de 2.332 situações de maus-tratos físicos, 2.640 de maus-tratos psicológicos e 1.557 casos de ameaças-coacção.

concelhos, mas a maior parte das situações chegam de Vila Verde, Póvoa de Lanhoso, Guimarães e Vieira do Minho.

A mesma responsável do gabinete, situado na sede da Junta de Freguesia da Sé, aponta que alguns dos casos estão directamente relacionados com o consumo de álcool e até de drogas. "Mas há cada vez mais casos de pessoas que não bebem nem se drogam e cometem violência sobre outras pessoas", explicou aquela técnica, adiantando que "já é mais uma questão de personalidade violenta e de antecedentes de violência familiar". E exemplificou: "trata-se de homens que viram as mães a serem vítimas ou que também eles foram vítimas".

Entretanto, também já vão aparecendo mais casos de homens vítimas de violência doméstica. "São poucos casos, fazendo a comparação com as mulheres. E os casos que vão aparecendo, os homens enviam e-mail. Isto porque ainda têm vergonha de telefonar e até de aparecer", confidenciou, também, a mesma fonte do GAV de Braga.

E, só no tribunal de Braga, já entraram nos primeiros sete meses e meio deste ano, 158 queixas no Ministério Público por violência doméstica.

## Marido agredido queixou-se das vassouradas da mulher

Um homem queixar-se de ter sido agredido por sua mulher é tão raro como a notícia do homem que mordeu o cão. Por hábito os homens não se queixam quando levam porrada da companheira. E, como a violência conjugal não tem sexo, no Tribunal Judicial de Braga já se assistiu ao julgamento de uma mulher acusada pelo marido de ter sido agredido por ela com uma vassoura. Mas fez mais que isso: teve a "coragem" de levar a própria vassoura às costas para mostrar aos magistrados o instrumento do crime. Embora separados, ele e ela viviam no mesmo prédio. Ela continuou a tratar-lhe da limpeza da roupa. Quando ele lhe aparecia com um "grão a mais na asa", ela pegava na vassoura e acertava-lhe. No entanto, ele continuou a bater-lhe à porta, requisitar os apoios dela e levar vassouradas pelas costas abaixo sempre que "transgredia".

Luís M. Fernandes

## Processo de Camilo e a condição da mulher

A institucionalização pela ONU do Dia Internacional da Mulher, em 1975, contribuiu para a sociedade se mobilizar, de forma mais eficaz, contra a violência exercida sobre as mulheres. No século XIX, a penalização do homem que cometesse homicídio por adultério de sua mulher era substancialmente atenuada, em defesa da honra. Quando Camilo Castelo Branco e Ana Plácido foram processados no Tribunal Criminal do Porto por adultério, o despacho de pronúncia acusou a ela da prática desse crime. Camilo, por ser homem, foi pronunciado por ter copulado com mulher casada. Nesse tempo, só o adultério da mulher era punível. Camilo esteve em prisão preventiva, na cadeia, durante um ano e 16 dias. Mas o castigo de Ana Plácido prolongou-se por algum tempo mais.

Luís M. Fernandes

## Agressividade delas elevada ao extremo de uma tragédia

O caso do homicídio em Montélios, no início de Agosto do ano passado, é um exemplo de como a violência conjugal pode ser elevada ao extremo, à tragédia. A vítima e sua mulher arguida estiveram casados mais de 20 anos. Grande parte desse período foi marcado pela agressividade consequente sobretudo dos ciúmes dele. Para fugir dessa agressividade, traduzida em repetidas humilhações, constrangimentos, agressões físicas, condicionamentos graves à sua liberdade de movimentos e privacidade ao nível da higiene pessoal, ela refugiava-se no álcool. Até à noite trágica em que, numa reacção à violência verbal dele, ela lhe respondeu de arma na mão e descarregou sobre o marido seis tiros disparados à queima roupa, dentro da residência do casal.

Luís M. Fernandes





Dados relativos ao primeiro semestre de 2008

# APAV de Braga registou aumento de casos de violência doméstica

Carla Esteves \*

O Gabinete de Braga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou, no primeiro semestre deste ano, um aumento de processos relacionados com violência doméstica. De entre os 229 casos que recorreram ao apoio da instituição, na cidade de Braga, a grande maioria esteve relacionada com abusos de força entre cônjuges ou namorados, incluindo maus tratos físicos e psicológicos.

Segundo a gestora do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Braga, Teresa Sofia Silva, «houve um aumento substancial de pedidos de apoio no primeiro semestre deste ano, não se sabendo porém se tal se deve a um aumento efectivo da violência doméstica, ou antes a uma consciencialização das vítimas de que, em situações de maus tratos, há a possibilidade de pedir ajuda».

«Até agora, as pessoas vi-



Os casos de violência doméstica aumentaram em Braga

viam situações de violência, mas sofriam caladas. Porém, nos últimos tempos, em virtude de uma maior informação, foram ganhando mais segurança para recorrer à nossa ajuda», explicou ao *Diário do Minho* Teresa Sofia Silva,

acrescentando que «a grande maioria das vítimas que se dirigem ao GAV de Braga são do sexo feminino».

Segundo a gestora da unidade orgânica de Braga, Janeiro e Março foram os meses mais problemáticos, res-

pectivamente com 58 e 51 casos registados.

No entanto, não foi possível ainda fazer uma caracterização concelhia exacta no que toca à origem dos 229 processos a que o GAV de Braga deu apoio no primei-

ro semestre de 2008.

Contudo, sabe-se que há uma grande preponderância de casos na zona urbana e periférica de Braga, bem como pedidos de apoio de Barcelos, Vieira do Minho, Espinho, Vila Verde, Vila Nova de Famalicão e Póvoa de Lanhoso e, em menor quantidade, algumas queixas do distrito de Viana do Castelo.

«Por vergonha ou medo de represálias por parte dos agressores, as vítimas optam frequentemente por telefonar ou enviar o pedido de ajuda através de correio electrónico. Nestes casos, nós sugerimos sempre uma conversa particular ou uma deslocação ao domicílio ou a outro local considerado seguro, para esclarecer dúvidas e providenciar o apoio necessário», argumentou Teresa Sofia Silva.

## Violência contra crianças e idosos

De acordo com a gestora do GAV de Braga, os casos de queixas relativas a violência sobre menores são em quantidade menos expressiva, estando na esmagadora maioria, relacionados com violência indirecta.

«Normalmente tratam-se de casos em que a criança assiste às discussões e agressões dos pais, sofrendo assim por via psicológica, ou então situações em que as agressões físicas acabam por estender-se à criança em consequência dos problemas dos progenitores», explicou, acrescentando que «estes casos também são muito graves, tendo em conta que as crianças vítimas de agressão, podem vir a tornar-se possíveis agressores».

Por seu turno, os processos de apoio relativos a violência para com os idosos são praticamente inexistentes, por impossibilidade ou falta de iniciativa por parte da vítima para apresentar queixa.

«Sabemos que os maus tratos a idosos existem no distrito, mas infelizmente são muito poucos aqueles que se dirigem

à APAV para apresentar queixa, possivelmente com medo de retaliações no seio da família, que é frequentemente a maior agressora», argumenta a responsável.

Segundo Teresa Sofia Silva, as poucas queixas que existem surgem por parte de vizinhos, ou familiares que não estão directamente envolvidos com o problema. Mas quando os técnicos da APAV se deslocam às residências para comprovar a situação e prestar auxílio, são frequentemente os próprios idosos que negam o problema.

De acordo com a responsável, entre os vários tipos de apoio prestados pelo GAV de Braga, o destaque neste primeiro semestre vai para o apoio emocional, o jurídico e o psicológico.

«A maioria das vítimas está emocionalmente devastada, mas tudo depende da resistência física e psicológica de cada um e do grau de dependência emocional e financeira em relação ao autor das agressões», conclui, acrescentando que «o GAV tenta sempre recorrer ao circuito de apoio e, só em último caso, é que recorre às casas de abrigo existentes em Lisboa e Vila Real, de forma a não desenraizar a vítima».

## Quatro mortes no território nacional

Segundo dados da APAV, a violência doméstica já foi responsável por quatro mortes em Portugal no primeiro semestre deste ano, tendo-se registado um total de 7083 crimes praticados em família.

Além dos quatro homicídios, a APAV revela a existência de 2332 situações de maus tratos físicos, 2640 de maus tratos psicológicos e 1557 casos de ameaças ou coacção.

Entre os crimes em meio doméstico, estão incluídos 68 situações de violação, 51 de abuso sexual, 26 casos de subtração de menores e 64 por violação da obrigação de alimentos.



29-08-2008

**Tiragem:** 9000

**País:** Portugal

**Period.:** Diária

**Âmbito:** Regional

**Pág:** 1

**Cores:** Preto e Branco

**Área:** 6,19 x 7,07 cm<sup>2</sup>

**Corte:** 2 de 2



## Violência doméstica aumentou em Braga

O Gabinete de Braga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registou, no primeiro semestre deste ano, um aumento de processos relacionados com violência doméstica.

::B:: **BRAÇA** p.7



# “As pessoas não deviam ter vergonha de denunciar”

Seniores vítimas de violência doméstica aumentaram em 2007.  
O número de homens que recorrem à APAV também subiu

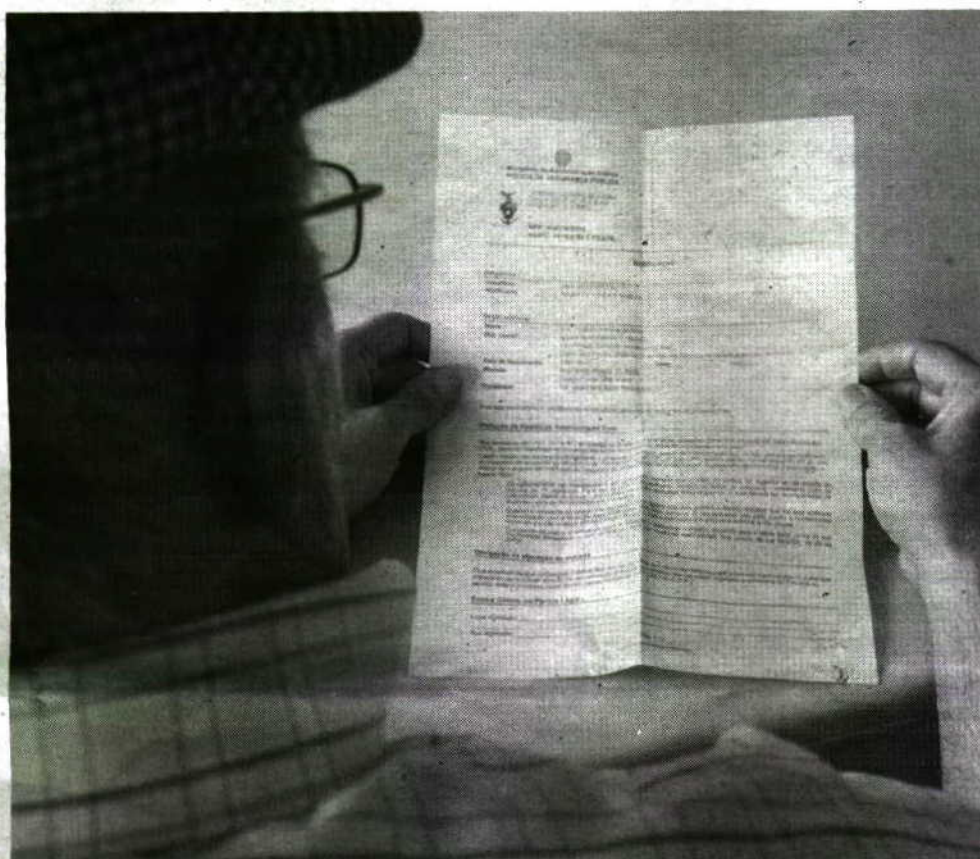
Soraia Amaro

■ O ano de 2007, último com dados completos, registou uma subida significativa no número de seniores vítimas de violência doméstica ou nas instituições: um aumento de 20,4 por cento, de acordo com os dados da Associação de Apoio à Vítima (APAV). Também o número de homens vítimas deste tipo de crime subiu em 2007.

A APAV recebeu 7.041 contactos relativos a violência doméstica em 2007: 6.130 mulheres (87 por cento) e 858 homens (12 por cento). As denúncias revelam que os casos mais frequentes se referem a maus-tratos psíquicos, seguidos pelas ameaças/coacção (177 casos) e pela difamação/injúrias (155 casos).

A população sénior vive numa situação de extrema vulnerabilidade. A violência é, habitualmente, cometida nas instituições ou na família, o que dificulta a confirmação do crime. No ano passado, a APAV registou 656 situações relacionadas com seniores. Entre 2000 e 2007, a instituição recebeu 3.459 vítimas seniores. A maior parte destas vítimas tinha entre 65 e 75 anos – 417 casos. Foram registados 193 casos no escalão etário dos 76 aos 85 anos e 46 casos na faixa com mais de 86 anos.

O número de homens vítimas de crime também tem aumentado. Nos últimos três anos, o recurso à instituição de apoio à vítima por pessoas do sexo masculino cresceu



PAULO RAMOS

**OS HOMENS** são os que mais escondem as agressões

cerca de um por cento em cada ano.

Os números espelham apenas os casos que chegam à APAV. Recorde-se que muitas vítimas não pedem ajuda, sendo os homens aqueles que mais tendem a esconder as agressões, por vergonha e constrangimento social. José Augusto Silva, no entanto, não hesita em dar a cara. Aos 68 anos, e depois de 18 anos de vida em comum com a companheira, tem vindo a ser alvo de violência doméstica.

“Já havia desentendimentos”,

recorda, voltando uns anos atrás na memória. “Mas a situação agravou-se agora, depois de me ter reformado”, conta. A companheira, diz, “alcooliza-se diariamente” e a violência verbal tornou-se “muito comum”.

Um desentendimento de maiores proporções, na noite de quinta-feira, motivou a presença da PSP na casa que arrendam juntos. “Faltou-me ao respeito e agrediu-me no rosto, e os maus-tratos verbais continuaram mesmo à frente da polícia”, relata.

Ontem de manhã foi ouvido na PSP de Aveiro. Também a companheira já foi ouvida, como confirmou ao Diário de Aveiro fonte policial. A PSP procederá agora à avaliação do risco. Entretanto, e para evitar a difícil coabitação, José Augusto Silva muda-se para casa do filho.

“As pessoas não deviam ter medo e vergonha de denunciar estes casos, acham que são heróis... Eu não quero ser herói, prefiro ser um covarde, mas vivo”, remata.



falar claro

**Violência doméstica.** Joana Marques Vidal não deixa de olhar para cada caso como um universo único e diferenciado. Cada elo afectivo tem os seus significados envolventes distintos. Considera que há ainda um longo caminho a percorrer nos tribunais, nas polícias e nas instituições de saúde

## Vítima deve recusar-se a ser vítima

Joana Marques Vidal é presidente da Associação de Apoio à Vítima (APAV). Acredita que a maior consciencialização do fenómeno de violência doméstica e subsequente censura social serão premissas para que, a seu ver, as vítimas oriundas de classes sociais mais diferenciadas deixarem de ter pudor em denunciar os agressores. Neste fenómeno social complexo, na sua opinião, urge começar a desenvolver programas específicos com os agressores. Esta semana o DN divulgou que os crimes de violência doméstica ascenderam no seio de famílias licenciadas. O actual Código de Processo penal determina que quando há detenção fora do flagrante delito, o alegado agressor só fica detido, até ser ouvido em tribunal, se houver perigo de não se apresentar ao juiz para primeiro interrogatório judicial.

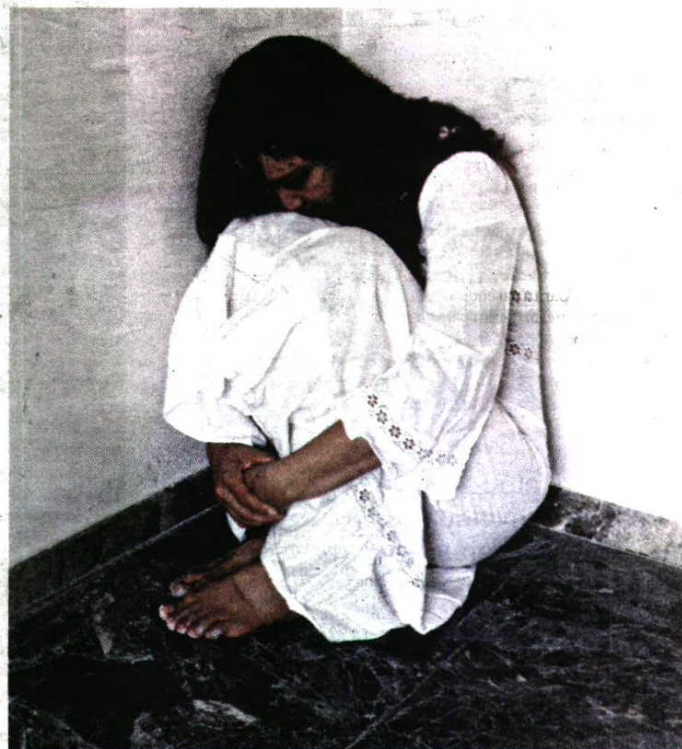


Esta página foi elaborada com base em indicações de Joana Marques Vidal  
PRESIDENTE DA APAV

A presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima não tem dúvidas em dizer que era difícil, até há bem pouco tempo, em termos sociais, para um homem dar a cara. Algo que, acredita, está lentamente a mudar, porque eles também ganharam alento e coragem para denunciar. Ainda assim, e reportando-se aos dados internacionais disponíveis, conclui que há mais vítimas mulheres, crianças e idosos. Mas a complexidade dos comportamentos faz com que diga que é preciso distinguir os diversos tipos de fenómeno: por exemplo, em relação aos homens, a natureza da violência é mais de carácter psicológico, enquanto que nos outros casos há maior prevalência de agressões físicas.

**O aumento das queixas também está relacionado com a diminuição do tempo de vitimização?**

Isso depende do tipo de violência, do relacionamento afectivo entre a vítima e o agressor, diz. É caso a caso. Essa coragem que as vítimas têm para se dirigir a outrem e denunciar decorre, por um lado, do maior conhecimento e cons-



Violência doméstica aumentou nos licenciados

ciência do que é a violência doméstica, que é algo inadmissível, e, por outro, porque se deixou de olhar como algo que estava restrito à relação. E frisa a dureza do fenómeno, isto é, trata-se de algo que é uma violação dos direitos humanos.

Por outro lado, assevera, houve uma evolução na interligação dialéctica dos agentes que apoiam as vítimas. Joana Marques Vidal assegura que há agora mais apoios governamentais, mesmo em termos dos aparelhos repressivos do Estado. No fundo, o que a presidente da APAV quer sublinhar é que as vítimas sentem-se mais apoiadas.

**O facto de as polícias terem criado e formado equipas específicas para dar apoio à violência doméstica também ajuda?**

Este é um dado que Joana Marques Vidal anui dizendo que a formação das polícias está a ajudar o auxílio às vítimas. Isto porque, desta forma, as vítimas que assim se sentem com mais confiança no sistema. Sentem, afinal e acima de tudo, que alguém lhes dá ouvidos e os encaminha.

No entanto, acredita que há um longo caminho a percorrer, sobretudo numa necessária melhor articulação entre polícias, entidades de saúde, organizações não governamentais e os tribunais.

**Mas afiança que as vítimas sentem-se agora mais apoiadas.**

**Continua a ser difícil afastar as vítimas do agressor?**

Existe essa possibilidade, recorda, com uma das medidas de coacção aplicadas. Mas poderá, nestes casos, existir o desfasamento temporal entre o momento da agressão e o pedido de socorro da vítima.

Isto porque esta circunstância só decorre no âmbito de processos-crime. Ou seja, sublinha, o primeiro passo e o momento decisivo é quando a própria vítima se recusa a ser vítima. Porque, diz, ainda quem, mesmo apresentando queixa à APAV, não queira queixar-se criminalmente, porque têm medo.

**A crise económica poderá influenciar comportamentos mais desesperados?**

O clima de instabilidade económica poderá potenciar o fenómeno da violência até porque, diz Joana Marques Vidal, as dificuldades da vida podem não ser uma causa, tal como o alcoolismo ou outras dependências, mas potenciam os comportamentos mais agressivos, uma vez que as pessoas estão mais instáveis e mais nervosas. Tudo isso, justifica, conjugado mais factores, poderá desencadear esse tipo de violência.

**Com o/a agressor/a, é preciso ter uma atenção também especial?**

Joana Marques Vidal assegura que o problema é complexo, pois não basta aplicar uma punição. Isto porque, acentua, a repressão só tem sentido enquanto estiver integrado para que, no futuro, aquela pessoa não continue a cometer crimes.

Neste caso, recorda até o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, designadamente por uma equipa da Universidade do Minho, liderada pelo professor Rui Abrunhosa, no qual se estuda o lado do agressor/a. Joana Marques Vidal afirma, em jeito de síntese, que nem todos os casos são denunciados e visíveis. ■

**Existem novas dinâmicas de relacionamento afectivo tendo em conta que estão a surgir, de acordo com os últimos dados semestrais da APAV, mais queixas por crimes de violência doméstica com protagonistas com formação académica elevada?**

No entender de Joana Marques Vidal, isso não quer dizer, por si só, que o problema não fosse já transversal a toda a sociedade e que, portanto, já abrangesse essas faixas mais diferenciadas em termos sociais.

O que os números podem querer dizer, sustenta, é que as vítimas com mais instrução e mais cultura estão a tomar mais consciência e a deixar de ter pudor de participar os seus problemas. É que em determinadas classes, as vítimas tinham mais vergonha de expor o seu drama. Actualmente, como há maior censura social e mais consciência, as vítimas sentem-se com mais força para denunciar. É essa a sua leitura pessoal para este fenómeno.

**E em relação aos homens que são vítimas? Os números também reflectem um aumento de queixas...**

**prós**

Mais apoio do Estado nas soluções

>>> Mais redes de apoio às vítimas. Existem casas-abrigo, quer oficiais quer das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Têm havido muito investimento nesta área por parte do Governo

>>> Mais e melhor atenção por parte dos organismos do Estado. No caso das polícias, PJ, PSP e GNR, houve um empenhamento nos últimos anos, designadamente ao nível da formação, que dá mais alento às vítimas para apresentarem a queixa e não terem o receio já conhecido.

>>> Há agora mais gabinetes de apoio. O trabalho é feito quer a nível social, psicológico quer jurídico. Mas muitas vezes as vítimas recuam, já na fase de julgamento.

**contras**

Novas leis do processo penal em vigor

>>> O actual Código de Processo penal veio introduzir algumas dificuldades, porque quando há detenção fora do flagrante delito, o alegado agressor só fica detido, até ser ouvido em tribunal, se houver perigo de não se apresentar ao juiz para primeiro interrogatório judicial. Caso contrário volta para casa. Ou seja: não está dependente da eventual continuidade da actividade criminosa de que é suspeito

>>> É necessário mais formação nas polícias, nos estabelecimentos de saúde e tribunais. Tribunais sem condições para 'atender' vítimas

>>> É necessário fazer um trabalho com os agressores e isso implica investimento.





## Violência doméstica entre licenciados

**DENÚNCIAS** No primeiro semestre de 2008, registaram-se mais queixas junto da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima do que em 2007, num total de 7.803 crimes de violência doméstica que provocaram quatro mortes. Cerca de 10,2% das vítimas tinham ensino superior, mais 1,7% do que em todo o ano de 2007. São estas as habilitações literárias de 8,4% dos agressores, quase mais três por cento do que no ano passado.





30-08-2008

Tiragem: 68275

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 44

Cores: Preto e Branco

Área: 7,01 x 12,84 cm²

Corte: 1 de 1



# Violência doméstica mata mais em 2008

FORAM 31 as mortes provocadas em Portugal por violência doméstica (em 2008), segundo Observatório de Mulheres Assassina-  
nadas (OMA). A Associação de Apoio à Vida (APAV) contabilizou quatro homicídios. Os números não coincidem, mas as duas organizações alertam para o aumento de casos de violência doméstica. Segundo o OMA – que fez o levantamento das notícias divulgadas nos primeiros oito meses do ano – morreram mais oito mulheres vítimas de violência doméstica do que no mesmo período do ano anterior. A organização associa esse aumento à crise económica. A APAV refere que, no primeiro semestre do ano, recebeu 7.803 denúncias de violência doméstica – um aumento de 9% face a 2007. Do balanço da Associação fazem parte 2.332 situações de maus-tratos físicos, 2.640 casos de agressão psicológica e 1.557 casos de ameaças e coacção.





**Violência doméstica.** No primeiro semestre de 2008, registaram-se mais queixas junto da APAV do que em 2007, em 89,7% dos casos por crimes de violência doméstica. Hoje, o CDS/PP apresenta uma proposta para que seja obrigatória a aplicação de prisão preventiva para o crime de maus tratos



# AR debate agressores em prisão preventiva

**PP propõe prisão preventiva para violência conjugal**

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

Chega hoje ao Parlamento, pelas "mãos" do CDS/PP, uma proposta para que a prisão preventiva seja aplicada aos agressores de violência conjugal. Teresa Caeiro, que ontem avançou a referida proposta ao DN, explica que o objetivo é o de "retirar a violência doméstica do rol da pequena criminalidade, como se encontra actualmente, de modo a que a prisão preventiva se aplique ao agressor, nestes crimes".

Em causa estão, mais uma vez, as alterações de há um ano aos códigos penal e de processo penal, que definem que a prisão preventiva só se aplica para suspeitos de crimes com pena de prisão superior a cinco anos. Ou seja: excluiu o crime de maus tratos, punível na lei com penas de prisão de um a cinco anos ou de dois a cinco anos, quando

praticada na presença de menores ou na residência do casal ou da vítima.

Em declarações ao DN, Ricardo Rodrigues, do PS, adianta que, "não fechando a porta a possíveis alterações legislativas, por enquanto, esperamos os resultados da avaliação no terreno do Observatório de Justiça".

Já o PSD subscreve a proposta do CDS/PP. Fernando Negrão assume que essa proposta "poderá vingar no Parlamento".

Por se lado, o Bloco de Esquerda acusa de demagogia a intenção dos populares. "Porque esse mesmo regime de prisão preventiva assume que, no caso dos crimes com especial violência, se aplique a prisão preventiva, mesmo em crimes com moldura penal inferior a cinco anos". Ou seja, para Helena Pinto, o problema reside no facto de o CDS/PP colocar este crime no rol da "pequena criminalidade".

A verdade é que, tal como os crimes praticados por posse ilegal de arma podem passar a estar englobados na prisão preventiva, conforme Rui Pereira,

Ministro da Administração Interna, anunciou esta semana, como forma de combater a onda de crimes violentos destas últimas semanas, esta mudança é, também para os maus tratos, meramente "avulsa".

Ou seja, o sector, apesar de concor-

dar que, perante o aumento de criminalidade resultado de violência doméstica, é necessário proteger a vítima de agressão, o urgente é mesmo a revisão de leis penais.

Ao DN, Carlos Anjos, da PJ, afirma que não se podem mudar leis avulsas

em função de "modas", como está a acontecer com o crime violento.

Ministério Público e magistratura judicial também são unânimes: o remédio não é proceder a alterações pontuais para crimes específicos, mas sim fazer a mudança do regime de prisão preventiva, previsto no Código de Processo penal.

Os números deste semestre revelam que já não são só as mulheres as vítimas de violência doméstica. Embora seja a larga maioria, 13% das vítimas no primeiro semestre de 2008 (11% em 2007 e 10% em 2006) são homens, segundo os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a que o DN teve acesso a semana passada.

Indicam, também, que os processos de apoio aumentaram 8,5% (4699) comparativamente a igual período de 2007. Um acréscimo que se deveu sobretudo a um maior número de casos de violência doméstica: 89,7% contra 87,2%. Também 10,2% das vítimas são licenciadas, mais 1,7% do que em relação às denúncias de 2007. ■

## LEIS PENAIS PRÓS E CONTRAS

### PRÓS

- As alterações ao Código Penal enquadram a situação dos filhos, dos namorados e dos casais homossexuais em relação aos crimes de homicídio qualificado e de violência doméstica.
- Crimes contra o cônjuge, ex-cônjuge, companheiro ou ex-companheiro pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau

As alterações tiveram vantagens, mas também desvantagens

### CONTRAS

- A revisão do Código de Processo Penal retirou ao Ministério Público a possibilidade de emitir mandados de detenção do agressor.
- Apenas numa situação de flagrante delito é que as autoridades policiais podem deter o agressor. O máximo que o Ministério Público pode fazer é encaminhar a vítima para uma casa de abrigo, medida que os técnicos classificam como revitimização. A mobilização do agressor seria mais aconselhável



## OS NÚMEROS DO CRIME

**31**

**Mulheres morreram no primeiro semestre deste ano na sequência de maus tratos do marido ou companheiro**

**45**

**Tentativas de homicídio no primeiro semestre de 2008 a mulheres que viviam com os agressores**

**23**

**Pessoas morreram ao longo do ano de 2007 por maus tratos continuados infligidos pelo cônjuge**

**57**

**Foi o número registado pelo Ministério Público de tentativas de homicídio no ano de 2007 por maus tratos**

**67,7%**

**Dos casos denunciados de maus tratos acontecem na casa das vítimas. Ou seja, na casa comum do casal**

**4699**

**A APAV recebeu no 1º semestre de 2008 quase 5 mil denúncias. Metade seguiu com queixa para a PSP**

**2221**

**O número de denúncias recebidas durante este 1º semestre pelo MP que envolveram testes médicos**

**6,7%**

**Das vítimas a que respeitam as denúncias recusam-se a colaborar com as autoridades por medo do marido**

## 5 perguntas a...

Maria Neto Leitão

ESPECIALISTA NA PREVENÇÃO DOS MAUS TRATOS



## “Mulheres que denunciam não confiam na Justiça”

**Como vê esta iniciativa de alargar o âmbito da prisão preventiva para o crime de violência doméstica?**

Estas mulheres, depois da denúncia e depois da agressão, devem estar mais protegidas do agressor. E por isso é importante esta questão da prisão preventiva. Mas também seriam importante medidas como as pulseiras electrónicas funcionarem na prática.

**As mulheres sentem-se desprotegidas pela lei?**

Sim. As mulheres não confiam na Justiça, depois de fazerem a denúncia. E sentem-se ainda mais vulneráveis. O sistema faz com que as pessoas acreditem que devem denunciar, mas depois não há uma estrutura que proteja

as vítimas que o fazem.

**Mas acha que as pulseiras electrónicas são suficientes?**

Nós achamos que todas as formas de proteger a vítima do agressor são bem vindas. Mas resta saber se, depois do sinal dado pela pulseira electrónica, a resposta das autoridades é rápida.

**O que falta no sistema?**

O facto de não haver forma de colocar as vítimas longe do agressor...

**E as casas de abrigo?...**

É extremamente injusto obrigar as mulheres a mobilizarem-se. Seria bem mais lógico se fosse o agressor a ser colocado num estabelecimento próprio para isso, com ou sem prisão preventiva, desde que estivesse longe das mulheres agredidas. ■

# Maus tratos físicos e psíquicos estão quase sempre associados

**Crimes.** Agressão, ameaça, difamação, violação, abuso sexual e homicídio

Os maus tratos físicos lideram a lista de queixas dos utentes da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Mas são poucos os casos em que a agressão verbal está isolada, razão que leva a associação a registar o dobro de crimes dos processos de apoio.

A violência verbal juntam-se a agressão, a ameaça-coacção, a difamação-injúria, a subtração de menores, o não pagamento da pensão de alimentos, a violação, o abuso sexual e o homicídio. Este ano foram já contabilizadas 31 mortes no âmbito da violência doméstica, casos que foram relata-

dos pela imprensa.

Em 67,6% dos casos, os crimes ocorrem na residência comum do casal, o que reforça o apelo dos técnicos que trabalham nesta área para que sejam encontrados mecanismos para afastar o agressor da casa da vítima. A solução encontrada é o recurso à pulseira electrónica, para impedir que o companheiro se aproxime da habitação da mulher e, em grande parte dos casos, também dos filhos.

A medida tarda em ser posta em prática e, tanto quanto o DN apurou, ainda se está na fase de concurso para seleccionar a empresa que irá fornecer o equipamento.

A APAV abriu 4699 processos

de apoio no primeiro semestre de 2008 e, em 47,3% dos casos, seguiu uma queixa para as forças policiais. Em 40,3% das situações, a denúncia foi apresentada junto da PSP e, em 21,5%, junto da GNR.

Mas também existem processos por crime de violência doméstica junto dos tribunais. Muitas vítimas dizem que os trâmites legais estão a decorrer (39,6%), mas também é de realçar que 6,7% das vítimas decidem não colaborar com a investigação (o crime de violência doméstica é público e a vítima não pode desistir) e em 4,2% dos casos estes acabam por ser arquivados.

Entre as 2221 denúncias apresentadas, 88 envolveram o Ministério Público e 11 o Instituto de Medicina Legal. ■

## PRISÃO PREVENTIVA REVISTA ENTROU EM VIGOR HÁ UM ANO

Com os novos códigos de Processo Penal e Penal, revistos e entrados em vigor em Setembro de 2007, o âmbito da prisão preventiva ficou reduzido. No regime anterior, a suspeita de crimes com pena de prisão a partir dos 3 anos permitia que a medida de coacção aplicável fosse a prisão preventiva. Há um ano, o Governo de José Sócrates

decidiu restringir o âmbito desta medida de coacção. Desta feita, e desde o dia 15 de Setembro de 2007, apenas os crimes com pena de prisão a partir dos 5 anos é que permitem que ao suspeito seja aplicada a prisão preventiva. Medida cuja revisão vem sendo reclamada pelo sector de há um ano para cá. Incluindo pelo próprio

Procurador-geral da República Pinto Monteiro que, ainda na passada semana, redigiu um comunicado em que alertava o Governo para a necessidade da revisão dessas leis penais. Pinto Monteiro tem-se debatido pela mudança deste novo regime de prisão preventiva e ainda relativamente ao regime do segredo de Justiça.

Advogado causou polémica



## Bastonário diz que há muito “fundamentalismo”

**Investigação.** Marinho e Pinto defende que crime deveria depender de queixa

Em Maio deste ano, o bastonário da Ordem dos Advogados incendiou a opinião pública ao defender, no Parlamento, que a violência doméstica não deveria ser crime público (crime que para ser investigado não depende de queixa), “porque inviabiliza a desistência do processo, caso a vítima o deseje”. Palavras que fizeram o bastonário dos advogados explicar melhor as suas palavras dias depois.

“Considero que há um certo fundamentalismo na violência doméstica como crime público”, voltando a defender a existência de um mecanismo que “permita à vítima desistir, perante um juiz”.

O representante dos advogados ainda acrescentou que a “violência doméstica é uma chaga nacional”, mas referiu também que aquela que é exercida sobre as mulheres “não é hoje a pior violência doméstica” — mas sim a praticada em relação às crianças e aos idosos.

Depois destas palavras, Marinho e Pinto não quis comentar as manifestações de repúdio tornadas públicas pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e pela APAV. Joana Marques Vidal assumiu que ficou “perplexa” com estas declarações.

“Estou habituado a críticas. Quem não gosta de calor não trabalha na cozinha”, ironizou o bastonário. ■

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

## Baleada no Porto com bebé ao colo

Maria do Céu, de 25 anos, acabou por falecer no Hospital de S. João, Porto, na sequência dos tiros desferidos pelo marido, Fernando Anjos, de 38 anos. O casal, de etnia cigana, vivia no bairro social de São Roque da Lama, onde a vizinhança contou ao DN que, por diversas vezes, “ele lhe batia, principalmente quando estava com

os copos. Toda a gente sabia disso. Mas era lá com eles”.

O crime aconteceu há uma semana nas imediações da residência, quando a mulher levava o filho de quatro meses ao colo “e que só por milagre não morreu”, afirmaram testemunhas oculares.

Baleada na cabeça com tiros de uma pistola de calibre 6.35mm, Maria do Céu seria

transportada de urgência para a Unidade de Cuidados Intensivos com prognóstico muito reservado, o marido preso sem mostrar resistência, enquanto o bebé ficou entregue aos tios maternos.

Nos serviços de reanimação do hospital, Maria do Céu não resistiu aos ferimentos e faleceu nas primeiras 48 horas. ■

## Mulher mata marido em Viseu

Em Tondelinha, no concelho de Viseu, ainda hoje se comenta o caso de Maria Solange, que matou o marido com quem estava em processo de divórcio.

No início de Fevereiro, a mulher puxou de uma pistola e pôs fim a uma relação de 30 anos. Em Tondelinha, a notícia foi recebida com “estupefacção”. O povo sempre cismou que Maria Solange “não foi mulher de se ficar depois da pouca vergonha que o marido lhe fez”. António Leitão, de 60 anos, foi atingido com vários disparos de pistola alegadamente disparados pela mulher. Era um casamento de opostos, comenta, ainda hoje, o povo. Ele era “um homem reservado que não se metia na vida de ninguém”. Por outro lado, Maria Solange era vista como o oposto: “trabalhava mas andava sempre a tagarelar e de um lado para o outro”, afirmou, na altura, uma amiga da mulher. Terão sido estas “diferenças que ajudaram a por fim a um casamento de 30 anos”. Maria está presa preventivamente à espera de julgamento. ■ — A.A., Viseu

## Jovem de 27 anos é morta em Ourém

Não se suspeitava que Pedro, de 38 anos, cumprisse a ameaça de morte à ex-companheira, Márcia Vidal, de 27, no dia em que ela chamou a GNR a casa e foi apresentar queixa ao posto de Ourém, em Fevereiro de 2007.

Nem as autoridades admitiram que tal pudesse acontecer. Ao DN, o capitão Duarte da Graça (comandante da GNR de Tomar), tentou justificar a ausência de escolta à jovem no regresso a casa, dizendo que, como já tinham inspecionado o local anteriormente, não lhes parecia necessário voltar a fazê-lo.

A mulher, que telefonou para a GNR a queixar-se de ter sido ameaçada com uma pistola pelo homem com quem viveu 12 anos, foi acompanhada por uma patrulha (e a sua mãe) de casa até ao posto onde formalizou a queixa. Voltou, horas depois, só com a mãe. “Nem a própria estaria à espera de o encontrar, senão não se teria dirigido a casa”, onde foi mesmo assassinada. A GNR só depois soube de outra queixa de Márcia, registada há um ano, que terá sido retirada posteriormente. ■ — J.R.



# Partidos favoráveis à preventiva para crimes de violência doméstica

O CDS/PP apresenta hoje uma proposta que propõe que o regime de prisão preventiva englobe os agressores de violência doméstica. Actualmente a lei penal não prevê essa medida de

coacção para este crime porque ele tem uma pena inferior a 5 anos. Muitas vezes os agressores são mandados para casa, a mesma que partilham com a vítima. Se o ministro da Justiça

## Agressores regressam a casa que partilham com a vítima

já disse ser contra qualquer revisão da lei penal neste sentido, já o PS não fecha a porta a uma futura alteração do regime. Embora ressalvando que, antes da mudança, deverá esperar-se

pelo relatório do Observatório de Justiça. O PSD considera que a proposta tem pernas para a andar. O BE diz que é pura "demagogia".  
**Actual, págs. 2 e 3**





# APAV defende medidas mais duras para violência doméstica

A PROPOSTA do PP em discussão na Assembleia da República que defende a prisão preventiva para a violência doméstica não satisfaz a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). A garantia foi avançada ao SMJ por Joana Marques Vidal, presidente da APAV, que relembra que esta medida defendida pelos democratas cristãos, no actual código penal, já é admissível para os crimes de violência doméstica, sendo necessário, portanto, medidas mais apertadas para este tipo de crimes.

Joana Marques Vidal afirma que a proposta de alteração da lei do PP não atinge os objectivos desejados. De qualquer forma, a APAV considera que é necessário olhar com atenção para este problema, sobretudo na detenção em flagrante delito e fora de flagrante delito. «Gostaríamos que houvesse uma alteração no regime da detenção em flagrante delito e na subsequente manutenção da detenção até apresentação ao juiz, para primeiro interrogatório ou para processo

sumário», refere Joana Marques Vidal, que considera necessário também uma revisão na detenção fora de flagrante delito.

A presidente da APAV defende a prisão do agressor para evitar a continuidade de actividade criminosa, o mesmo acontecendo com os casos que aconteçam fora de flagrante delito. «A alteração da moldura penal para 6 anos, como defende o PP, não resolve, por exemplo, o caso da detenção fora de flagrante delito, porque para de-

tenção fora de flagrante delito os requisitos continuam a ser os mesmos», vinca.

Em relação aos casos de violência doméstica no distrito de Setúbal, a presidente da APAV conta que nos primeiros seis meses deste ano há a registar um aumento de 3,4 por cento de casos, em comparação com o mesmo período do ano passado, tendo em conta os pedidos de apoio - psicológico e jurídico - que deram entrada no gabinete da APAV de Setúbal. Es-

tes dados englobam todos os tipos de crime que vão para além da violência doméstica, como são os casos de ofensa à integridade física e injúria. «Na maioria dos casos, as pessoas que procuram apoio junto da APAV são vítimas de crime de violência doméstica», sublinha a mesma fonte, que acrescenta que, perante este aumento de violência doméstica, não está prevista a abertura de mais nenhum gabinete da APAV na região de Setúbal.

A.L.



## APAV RECEBE MAIS PEDIDOS DE APOIO

Os números exactos só serão revelados na segunda ou terceira semana deste mês, mas a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) adianta já que este ano se verificou uma «tendência de aumento sustentado de vítimas» (de violência doméstica, mas não só) a pedirem apoio. João Lázaro, o secretário-geral da APAV, disse à Lusa que o aumento de casos também pode estar relacionado com um maior «conhecimento dos serviços disponíveis», pelo «alargamento da rede da APAV país» e pela cobertura de que o tema da violência tem sido alvo nos meios de comunicação social. Já o Inquérito Nacional sobre Violência de Género, encomendado pelo Governo, concluiu que quatro em cada dez portugueses haviam sido vítimas de violência física, psicológica ou sexual no ano passado, mas que há «um aumento significativo da percentagem de vítimas que participam a situação às forças policiais».



COIMBRA

## Instrutor de judo condenado por beijar aluna de 13 anos

➔ O Tribunal de Coimbra condenou, ontem, um instrutor de judo a uma pena suspensa de 14 meses de prisão e ao pagamento de 3500 euros, por ter beijado uma aluna de 13 anos num treino.

O juiz, na decisão, decidiu suspender a execução da pena pelo período de 14 meses, obrigando o homem a um acompanhamento

pelo Instituto de Reinserção Social. Em termos pecuniários condenou-o a pagar 2500 euros à vítima, a título de indemnização por danos, e a fazer um donativo de 1000 euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), no prazo de 6 meses.

Os factos remontam a Abril de 2005, quando o arguido era instru-

tor num clube desportivo dos arredores de Coimbra e a vítima uma atleta que nesse mesmo ano conquistou um lugar de honra nos campeonatos nacionais de juvenis em judo.

O tribunal considerou provado que o arguido durante um treino beijou a sua instruenda e que posteriormente trocou mensagens

consideradas de relevo sexual com ela. Embora o arguido tenha negado o beijo à adolescente, confirmou ter enviado as mensagens, embora lhe atribuisse uma conotação diversa da interpretação feita pelo tribunal.

O tribunal considerou relevante o depoimento da adolescente, que foi suportado por uma perí-

cia através de um exame de pedopsiquiatria, que conclui pela veracidade do mesmo. Por outro lado, decidiu não acolher os testemunhos de atletas, dirigentes do clube e pais que atestaram não ser crível que um acto desses tivesse acontecido porque os treinos tinham sempre outros atletas e eram assistidos por pais. ■





**'O Momento da Verdade'.** As principais associações de apoio à vítima e contra violência sobre as mulheres defendem que o Ministério Público devia averiguar se, de facto, o concorrente da SIC foi autor de violência doméstica sobre a mulher, segundo deixou transparecer no programa e afirmou nos jornais

# Associações de defesa da vítima apelam ao MP

**Programa da SIC ganha audiência à 2.ª emissão**

PAULA BRITO

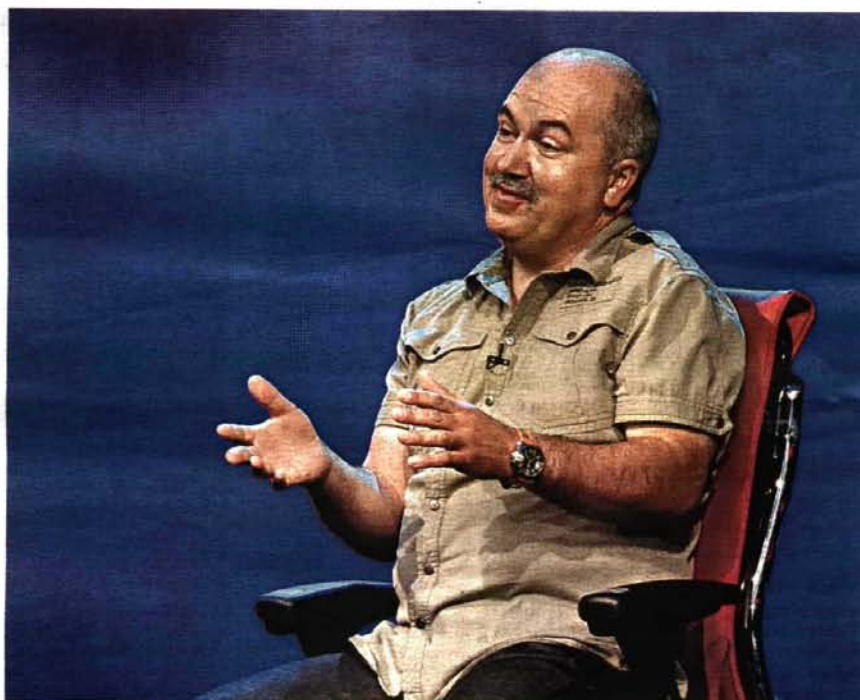
As associações de apoio à vítima e de violência contra as mulheres defendem que o Ministério Público (MP) devia abrir processo e investigar as declarações de José Nogueira, concorrente do programa da SIC *O Momento da Verdade*, que confessou publicamente ter batido na sua mulher.

Questionado, terça-feira à noite, por Teresa Guilherme, se alguma vez tinha batido na mulher, o merceeiro de Gondomar, foi impedido pela filha de responder a esta questão (de acordo com mecânica do *reality show*), ficando a certeza no público em estúdio e telespectadores em casa que a resposta era afirmativa. Ontem apareceu, no entanto, afirmado a vários órgãos de comunicação que já o tinha feito.

Confrontado com esta situação, a Procuradoria-Geral da República responde: "não há neste momento elementos bastantes para abrir qualquer inquérito, situação, contudo, que poderá vir a ser revista".

Também ao nosso jornal, Joana Marques Vidal, presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), defende que, sendo um crime público e tendo sido públicos os factos podem constituir crime público e as entidades competentes, como o Ministério Público, devia determinar a abertura de inquérito para efeitos de investigação criminal".

Esta posição é igualmente subscrita por Margarida Medina Martins, vogal da Associação de Mulheres Contra a Violência. "Quando estas situações são tornadas públicas o



José Nogueira foi 'salvo' pela filha de responder se batia na mulher e depois disse-o aos jornais

**Não há elementos para inquérito, mas pode ser revisto**

MP tem de abrir processo para ver se há alguma mulher, criança... está em risco, senão somos todos cúmplices", diz. É que, "apesar de se tratar de entretenimento, não pode deixar de ser avaliado pelas autoridades oficiais. É um crime público, ainda por cima vem no jornal, se ele [concorrente] o assume". Tanto mais, reforça, "que

o Governo já deu sinais de que é uma situação grave, não tolerado pela sociedade portuguesa", logo "não pode passar em branco".

Salientando que esta situação é a prova da mentalidade que ainda vigora em Portugal, Elisabete Brasil, presidente da direcção da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), defende ser importante investir na prevenção, alertando para "a questão judiciária, que não resolve toda a questão da violência doméstica". "Quando vivemos num País, não obstante de existir crime

público, em vez de termos penalizações dos agressores, temos um sistema judicial que não responde", diz, defendendo que o "sistema de recolha de provas tem de ser repensada". E, "sendo um crime público, existe a obrigação de o denunciar, inclusivamente de quem o apresenta", refere, sugerindo que podia ser a própria Teresa Guilherme.

Com uma estreia modesta (875 mil espectadores/9,3% de audiência média), o 2.º programa fez, quarta-feira, 12,5% (1,2 milhões).

A produção faz o perfil de cada

**VIOLENCIA DOMESTICA EM PORTUGAL EM NÚMEROS**

Nos primeiros oito meses de 2008, segundo dados do Observatório de Mulheres Assassinadas (estrutura da UMAR, já morreram 31 pessoas (em 2007 foram 23) e registaram-se 35 tentativas de homicídio relacionadas com violência doméstica. Muitas das vítimas e dos agressores estavam desempregados quando ocorreu o homicídio. E, contrariamente ao que tem acontecido nos últimos anos, os homicídios não se verificaram nos meses de férias. Os dados indicam ainda que as vítimas e agressores são cada vez mais novos e que as mulheres são cada vez mais vítimas dos namorados ou dos "ex". O bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho Pinto, defendeu que a violência doméstica não deveria ser crime público, pois é um modelo que inviabiliza a desistência do processo ainda que a vítima assim o pretenda.

concorrentes depois de uma conversa com ele e com amigos e familiares. São elaboradas 50 questões a que o ele responde, ligado a um polígrafo. Destas, são escolhidas 21 que serão feitas no programa. A pessoa já sabe quais as que lhe vão fazer, só não sabe quais as seleccionadas e qual o resultado do polígrafo. O concorrente tem de ultrapassar seis níveis, começando nos mil euros. O último patamar é de 250 mil euros. À medida que sobe de nível, as perguntas vão ficando mais difíceis de responder em público. Se mentir perde. ■

## A mentira no 'Momento da Verdade'

**Polígrafo.** Usado com alguma regularidade nos EUA, foi abandonado por se perceber que não é credível

As entrevistas do programa *O Momento da Verdade* são validadas por um polígrafo ou detector de mentiras. Assegura-se os concorrentes dizem ou não a verdade. Mas o polígrafo foi desacreditado há uma década e agências federais nos EUA deixaram de usar por não ser credível.

O aparelho analisa variações corporais, ao nível da pressão sanguínea, da actividade cardiovascular, respiração ou transpiração, acompanhadas por notas do responsável pelo inqué-

rito. Algumas questões tentam contrariar certas perguntas denominadas de controlo, determinadas à partida. São estas que validam se alguém mente. Num concurso televisivo, tudo isto pode ser aligeirado.

Inventado em 1915 por William Marston, o polígrafo baseia-se nas perguntas do inquiridor e no nervosismo do inquirido. Um dos estudos mais credíveis, realizado há 25 anos pelo norte-americano Office of Technology Assessment, concluiu não existir qualquer validade científica do mesmo. Em 1998, o Supremo Tribunal dos EUA determinou não ser possível validar as conclusões "porque certas dúvidas e incertezas minam até os melhores exames

dos polígrafos". Nada disso impediu a sua disseminação, como na contratação para cargos públicos, envolvendo polémica.

Em 1999, Etta Maytubby afirmou ter sido excluída da polícia na cidade de Edmond (EUA) porque o teste revelou consumo de drogas quando, como atleta de basquetebol, teve diversos testes aleatórios sem qualquer resultado positivo. E, em 2001, após casos de espionagem interna na CIA, o polígrafo não detectara qualquer espião. Aldrich Ames, espião pago pela União Soviética e a trabalhar na CIA, passou facilmente em dois testes. O FBI assegurava que uma média de 7 dos seus funcionários falhavam o teste. ■ - P.F.



Polígrafo analisa variações corporais





PORTIMÃO

## PSP e GNR aprendem

**D**oze elementos da PSP e da GNR de Portimão estão a receber formação para atendimento qualificado a vítimas de crimes, ministrada pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Segundo fonte da autarquia de Portimão, a iniciativa pretende dotar os elementos das forças de segurança “de melhores competências” no atendimento qualificado a vítimas de crimes, nomeadamente em casos de violência doméstica, que “requer um tratamento próprio”. “Existe uma necessidade grande de aperfeiçoamento nesta área de intervenção”, observou a mesma fonte. A troca de experiência entre os elementos da APV ajudará os agentes da autoridade a ter outra sensibilidade nos primeiros interrogatórios a vítimas. ■

Regional

## Portimão dá formação a agentes de segurança sobre atendimento qualificado a vítimas de crime



d.r.

[Ver Fotos »](#)

PSP de Portimão

A Câmara Municipal de Portimão está a promover a formação «Atendimento qualificado a Vítimas de Crime», destinada a agentes das forças de segurança e que decorre na Esquadra local da PSP.

Em parceria com a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a acção está a ser ministrada a seis agentes da PSP de Portimão e a outros tantos militares da GNR ao nível territorial.

Trata-se de uma iniciativa que tem como objectivos principais o desenvolvimento de melhores competências no atendimento qualificado aos cidadãos e o colmatar da necessidade de formação nesta área de intervenção, que requer um tratamento próprio.

A formação, ministrada pelo Centro de Formação da APAV, tem a duração de 40 horas referentes a dez módulos e decorre entre os dias 22 de Setembro e 3 de Outubro.

A APAV é uma instituição particular de solidariedade social que tem como objectivo estatutário promover e contribuir para a informação, protecção e apoio aos cidadãos vítimas de infracções penais.

Organização sem fins lucrativos e de voluntariado, apoia vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais.





24-09-2008 | Metro Lisboa

**Tiragem:** 120000

**País:** Portugal

**Period.:** Diária

**Âmbito:** Informação Geral

**Pág:** 3

**Cores:** Cor

**Área:** 4,23 x 3,86 cm<sup>2</sup>

**Corte:** 1 de 1



**FORMAÇÃO** Doze elementos da PSP e da GNR de Portimão estão a receber formação para atendimento qualificado a vítimas de crimes, ministrada pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). A acção de formação, com a duração de 40 horas, decorre até 3 de Outubro.

**METRO**



## Pulseira UMA SÓ VOZ

*"Como presidente Honorária da Fundação Avon, estou muito emocionada por apresentar o primeiro produto Global Avon de Solidariedade, concebido para salvar e melhorar a vida das mulheres de todo o mundo. Parte das receitas obtidas com a venda desta pulseira será usada para criar o novo Fundo Avon Empowerment (administrado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres), sendo que a restante parte será entregue à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)." Um cordão azul com o símbolo de união e continuidade em metal prateado, no valor de € 3. Vinte por cento das receitas será doado ao Fundo Avon Empowerment e os remanescentes 80% irão para a APAV.*